

Rodrigo Faucz Pereira e Silva
Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

Manual do Tribunal do Júri



2ª edição revista, atualizada e ampliada

Portal: tribunaldojuri.com

Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho | prefácio
Prof. Dr. Clèmerson Merlin Clève | apresentação

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Lucas Kfourri

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Rodrigo Faucez Pereira e
Manual do Tribunal do Júri / Rodrigo Faucez Pereira e Silva, Daniel Ribeiro Surdi
de Avelar. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo, SP : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0211-7

1. Júri 2. Júri - Brasil 3. Júri - História 4. Prática forense 5. Processo penal I. Avelar,
Daniel Ribeiro Surdi de. II. Título.

23-150112

CDU-343.195

Índices para catálogo sistemático:

1. Júri : Processo penal 343.195
 2. Tribunal do Júri : Processo penal 343.195
- Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS – POR DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR	9
AGRADECIMENTOS – POR RODRIGO FAUCZ PEREIRA E SILVA.....	11
NOTA DOS AUTORES – 2ª EDIÇÃO	13
NOTA DOS AUTORES – 1ª EDIÇÃO	15
PREFÁCIO – POR PROF. DR. JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO.....	17
1. Introdução.....	17
2. Duas histórias: morde e assopra.....	17
2.1. A primeira história: fazendo como alerta.....	17
2.2. A segunda história: articulação como elogio.....	19
3. Um pouco da estrutura do livro e a questão principal.....	22
4. Um pouco dos autores	25
APRESENTAÇÃO – POR PROF. DR. CLÊMERTON MERLIN CLÈVE	27
1. HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	49
1.1. Das Leis Mosaicas	51
1.2. Do Areópago e dos Tribunais dos Heliastas.....	52
1.3. Das <i>questiones perpetuas</i>	56
1.4. Dos tribunais <i>wehmicos</i>	59
1.5. A construção do <i>Trial by Jury</i> na Inglaterra	61
1.5.1. A queda do Império Romano	65
1.5.2. Os reis anglo-saxões e a administração da justiça	66
1.5.3. O julgamento via ordálias, purgação e duelo.....	67
1.5.4. A invasão normanda.....	76
1.5.4.1. O sistema do <i>hue and cry</i> e do <i>frankpledge</i>	80
1.5.4.2. <i>Murdrum fine</i> e a <i>Paz do Rei</i>	82
1.5.4.3. <i>Appeal of Felony</i>	83
1.5.4.4. <i>Right of Sanctuary</i>	84

1.5.5.	O desenvolvimento da <i>common law</i> a partir das cortes régias de Henrique II	86
1.5.6.	O <i>trial on indictment</i> e a edificação do <i>Grand Jury</i>	92
1.5.7.	O IV Concílio Laterano e a implementação do <i>Trial by Jury</i>	101
1.6.	O <i>Trial by Jury</i> como fuga ao inquisitorialismo continental	106
2.	HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E O MODELO DEMOCRÁTICO DE JUSTIÇA	109
2.1.	O júri brasileiro na ordem constitucional atual	137
3.	EM BUSCA DE UM JÚRI DEMOCRÁTICO: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, INSTRUÇÃO AOS JURADOS E REPRESENTATIVIDADE	141
3.1.	Ausência de motivação das decisões do júri	154
3.2.	Instrução aos jurados	162
3.3.	A deliberação entre os jurados	166
4.	PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	177
4.1.	Os princípios do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição da República	182
4.1.1.	Plenitude de defesa	182
4.1.2.	Sigilo das votações	186
4.1.3.	Soberania dos veredictos	187
4.1.4.	Competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida	196
4.2.	Princípios gerais do processo penal	200
4.2.1.	Princípio da presunção da inocência	200
4.2.2.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	203
4.2.3.	Princípio do contraditório	206
4.2.4.	Princípio da não autoincriminação	207
5.	PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	211
5.1.	Reforma de 2008	211
5.2.	O procedimento especial	212
6.	PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO	217
6.1.	Acusação e instrução preliminar	217
6.2.	Rejeição da denúncia	218
6.3.	Recebimento da denúncia ou da queixa	220
6.3.1.	Recebimento da denúncia – Retratação após apresentação da resposta à acusação	221
6.3.2.	O PL 4.203/2001 e o contraditório prévio ao recebimento da denúncia	224

6.3.3.	Recebimento da denúncia com a Lei 13.964/2019 e o juiz de garantias no júri.....	225
6.3.4.	Discordância da defesa sobre o recebimento da denúncia.....	228
6.3.5.	Cadeia de Custódia – Arts. 158-A, 158-B, 158-C, 158-D, 158-E e 158-F, do CPP	229
6.3.5.1.	Consequência da Violação da Cadeia de Custódia e as Fases Procedimentais.....	233
6.4.	Resposta à acusação	236
6.4.1.	Número de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes	239
6.4.2.	Matérias alegadas na resposta à acusação.....	242
6.5.	Posicionamento do magistrado após o oferecimento da resposta.....	244
6.6.	Exceções.....	246
6.7.	Hipótese de a defesa não apresentar resposta	248
6.8.	Manifestação da acusação após apresentada a resposta	250
6.9.	Prazo do juiz para determinar a inquirição de testemunhas e diligências	251
6.10.	Audiência de instrução – Produção probatória	253
6.10.1.	Audiência de instrução e a Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) ...	255
6.10.2.	Ordem e organização	257
6.10.2.1.	A oitiva do ofendido.....	262
6.10.2.2.	Desistência unilateral da oitiva da testemunha	263
6.10.2.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento.....	264
6.10.2.4.	Reconhecimento pessoal: uma análise da orientação do STJ	265
6.10.2.5.	Requerimento de diligências.....	273
6.10.2.6.	Interrogatório	273
6.10.2.7.	Concurso de agentes e a ordem de interrogatórios	276
6.10.3.	Audiência una e adiamento	277
6.11.	Produção e gestão das provas.....	278
6.12.	Juntada de documentos	279
6.13.	Alegações finais	279
6.13.1.	Alegações finais por memoriais	280
6.13.2.	Gravação das alegações finais orais.....	282
6.13.3.	Ausência de alegações finais	283
6.14.	Ocorrência de eventuais nulidades relativas	285
6.15.	Princípio da identidade física do juiz	286
6.16.	Prazo para a decisão.....	287
6.17.	Prazo para a conclusão do procedimento.....	287

7.	DECISÕES DA PRIMEIRA FASE	291
7.1.	Decisão de pronúncia	291
7.1.1.	Fundamentação.....	293
7.1.2.	Requisitos da pronúncia	300
7.1.2.1.	Materialidade do crime	300
7.1.2.2.	Indícios suficientes de autoria.....	302
7.1.3.	A análise do dolo na pronúncia.....	305
7.1.4.	A pronúncia e os elementos colhidos na investigação preliminar	306
7.1.5.	A fundamentação das qualificadoras e causas de aumento e de diminuição	314
7.1.6.	Agravantes e atenuantes	318
7.1.7.	A pronúncia como garantia	318
7.1.8.	Crimes conexos.....	325
7.1.9.	Dos crimes militares	328
7.1.10.	Das medidas cautelares.....	330
7.1.11.	Interrupção da prescrição.....	334
7.1.12.	Intimação da decisão de pronúncia	334
7.2.	Decisão de impronúncia	336
7.2.1.	Prova nova.....	339
7.2.2.	Impronúncia de qualificadoras.....	341
7.2.3.	Crimes conexos.....	343
7.2.4.	Despronúncia.....	343
7.2.5.	Inconstitucionalidade da decisão de impronúncia	343
7.3.	Absolvição sumária	347
7.3.1.	A absolvição sumária imprópria	349
7.3.2.	Crimes conexos.....	351
7.3.3.	Aditamento	351
7.4.	<i>Emendatio Libelli</i>	352
7.5.	Desclassificação	355
7.5.1.	Procedimento a ser seguido	358
7.5.2.	Crimes conexos.....	359
7.5.3.	Recurso cabível	359
7.5.4.	Conflito de competência negativo	360
7.5.5.	A desclassificação e o acusado preso.....	362
7.6.	Circunstância superveniente	362

7.7.	Síntese de recursos cabíveis	363
7.7.1.	Recurso <i>ex officio</i>	364
7.8.	Encerramento do Juízo de Admissibilidade	364
8.	DESAFORAMENTO	367
8.1.	Criação do desaforamento no Brasil	367
8.2.	Conceito	367
8.3.	Fundamentos	368
8.4.	Requisitos	369
8.4.1.	Interesse da ordem pública	369
8.4.2.	Dúvida sobre a imparcialidade do júri	370
8.4.3.	Dúvida sobre a segurança do acusado	374
8.4.4.	Excesso de serviço	375
8.5.	Procedimento do desaforamento	376
8.6.	Pedido de aceleração processual	378
8.7.	Reaforamento e novo desaforamento	379
8.8.	Desaforamento interestadual	379
9.	SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO	385
9.1.	Peça do art. 422 do CPP	385
9.1.1.	Deliberação e elaboração do relatório	387
9.2.	Alistamento dos jurados	387
9.2.1.	Os jurados a partir do modelo histórico norte-americano	389
9.2.2.	O perfil dos jurados e a representatividade	393
9.2.3.	A busca pela representatividade social	394
9.2.4.	Propostas para um melhor alistamento dos jurados	398
9.2.5.	Requisitos e características da lista geral	399
9.2.6.	Paridade de armas no selecionamento dos jurados	403
9.3.	Lista geral – Reuniões x Sessões	404
9.4.	Organização da pauta	404
9.5.	Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	409
9.5.1.	Intimação dos interessados	411
9.5.2.	Publicidade do sorteio	412
9.5.3.	Quantidade de jurados sorteados para a reunião	413
9.5.4.	Inclusão de processos após o sorteio dos jurados	415
9.6.	Convocação dos jurados e requisitos legais para o exercício da função	416
9.6.1.	Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento	418

9.7.	Júris midiáticos.....	419
9.8.	Na sessão de julgamento.....	420
9.8.1.	Isenção e dispensa dos jurados	420
9.8.2.	Recusa injustificada.....	421
9.8.3.	Recusa fundada em convicção religiosa, filosófica e política.....	421
9.8.4.	A responsabilidade dos jurados e o crime de desobediência	422
9.8.5.	A idade mínima	423
9.8.6.	Notória idoneidade e perfilamento discriminatório	425
9.8.7.	Jurado analfabeto	427
9.8.8.	Jurado naturalizado, estrangeiro e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos.....	429
9.8.9.	Jurado com deficiência visual ou auditiva	429
9.8.10.	Isenção do serviço do júri.....	430
9.8.11.	Isenção por justo impedimento e maiores de 70 anos.....	431
9.8.12.	Direitos dos jurados.....	432
10.	JULGAMENTO EM PLENÁRIO	435
10.1.	Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença	435
10.2.	Habilitação do procurador do assistente de acusação	435
10.3.	Intervenção da OAB.....	436
10.4.	Defensoria Pública na atuação como representante da assistência de acusação	437
10.5.	Ausências na sessão	438
10.5.1.	Do Ministério Público	439
10.5.2.	Do advogado do querelante	440
10.5.3.	Do procurador do assistente de acusação	441
10.5.4.	Do defensor do acusado.....	441
	10.5.4.1. Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado	443
10.5.5.	Do acusado solto	445
10.5.6.	Do acusado preso.....	447
10.5.7.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento	448
10.5.8.	Da testemunha imprescindível	450
10.5.9.	Da testemunha não imprescindível	452
10.5.10.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos.....	454
10.6.	Da oitiva de informantes no Tribunal do Júri	455
10.7.	Oitiva do ofendido.....	456

10.8. Instalação dos trabalhos	457
10.8.1. Pregão – Momento de arguição das nulidades – Publicidade do ato	459
10.8.2. Esclarecimentos aos jurados.....	460
10.8.3. Incomunicabilidade dos jurados	462
10.8.4. Sorteio e recusas imotivadas	463
10.8.5. Recusas motivadas – Impedimento, suspeição e incompatibilidade...	466
10.8.6. Cisão do julgamento.....	468
10.8.7. Exortação solene	469
10.9. Instrução em plenário.....	471
10.9.1. Leitura do relatório e da decisão que julgou admissível a acusação	471
10.9.2. <i>Opening Statements</i> – Discurso de abertura	472
10.9.3. A instrução probatória e a carência de originalidade cognitiva em plenário	473
10.9.4. Instrução e ordem dos questionamentos	474
10.9.5. Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) – Art. 474-A	478
10.9.6. Retirada do acusado do plenário na oitiva da vítima e testemunhas	482
10.9.7. Desistência de testemunhas.....	482
10.9.8. Acareação e reconhecimento	483
10.9.9. Leitura de documentos em plenário	485
10.9.10. Utilização do inquérito a partir da instituição do juiz de garantias...	486
10.9.11. Interrogatório do acusado	488
10.10. Uso de algemas em plenário.....	491
10.11. Registro da instrução	493
10.11.1. A gravação audiovisual feita pela parte	495
10.12. Debates.....	497
10.12.1. Sustentação: ordem e limitação	498
10.12.2. Tempo de sustentação.....	501
10.12.3. Ampliação do tempo de sustentação.....	504
10.12.4. Agravantes e atenuantes	504
10.12.4.1. Atenuantes e agravantes objetivas.....	507
10.12.5. Réplica e tréplica	509
10.12.5.1. Tréplica como direito do acusado – Tréplica sem réplica.....	511
10.12.5.2. Réplica pela assistência de acusação.....	512

10.12.5.3.	Inovação de tese na réplica.....	513
10.12.5.4.	Reinquirição de testemunhas.....	516
10.12.6.	Nulidades – Limites nos debates.....	517
10.12.6.1.	Decisão de pronúncia como argumento de autoridade ...	518
10.12.6.2.	Outras decisões como argumento de autoridade.....	523
10.12.6.3.	Os antecedentes criminais do acusado	526
10.12.6.4.	Menção ao uso de algemas	527
10.12.6.5.	Silêncio do acusado ou ausência do interrogatório, em seu prejuízo	528
10.12.6.6.	Momento para impugnação	529
10.12.6.7.	Limitação defensiva pela Legítima Defesa da Honra....	530
10.12.7.	Utilização de documentos novos	532
10.12.7.1.	Forma de contagem do prazo e cientificação da parte adversa.....	535
10.12.7.2.	Referência a documento ou objeto não juntado aos autos	540
10.12.7.3.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo	541
10.12.7.4.	Exibição parcial de depoimento colhido na fase do sumário de culpa.....	541
10.12.7.5.	Nulidade e atuação do juiz presidente.....	541
10.12.8.	Apartes, esclarecimentos, questões de ordem.....	543
10.12.8.1.	Pedido de esclarecimentos	546
10.12.8.2.	Aptidão para julgar e esclarecimentos.....	550
10.12.8.3.	Dissolução do conselho e realização de diligências	552
10.12.9.	Da gravação das sessões de julgamento	553
10.12.10.	Do abandono de Plenário	553
11.	QUESITAÇÃO.....	557
11.1.	Conceito e características	557
11.2.	Fontes dos quesitos	558
11.3.	Elaboração.....	560
11.4.	Apresentação às partes – em busca de consenso em Plenário	561
11.5.	Apresentação formal e requerimentos das partes	562
11.6.	Ordem dos quesitos	564
11.6.1.	Síntese da Ordem dos Quesitos	566
11.7.	Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia	566

11.8. Quesito absolutório genérico.....	567
11.8.1. Absolvição genérica e a tese de negativa de autoria.....	569
11.9. Absolvição imprópria	571
11.10. Sustentação pela defesa da tese absolutória e desclassificatória	571
11.11. Desclassificação	572
11.11.1. Desclassificação própria e imprópria	574
11.11.2. Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – quesitação	575
11.11.3. Desclassificação e crime conexo	577
11.12. Imputação por dolo direto e quesitação de dolo eventual	577
11.13. Tentativa.....	578
11.14. Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena.....	579
11.14.1. Agravantes e atenuantes	579
11.14.2. Afastamento da qualificadora e posterior reconhecimento como agravante	580
11.14.3. Qualificadora prevista no dispositivo da pronúncia, mas sem fundamentação.....	580
11.14.4. Homicídio privilegiado e qualificadoras subjetivas	581
11.15. Concurso formal e multiplicidade de vítimas	582
11.16. Redação dos quesitos de outros crimes de competência do Tribunal do Júri e crimes conexos	584
11.17. Impugnação dos quesitos e preclusão	584
11.18. A sistemática da votação	585
11.19. Modelos de quesitação.....	589
11.20. Teses e quesitos específicos.....	591
11.20.1. Homicídio privilegiado – relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP).....	592
11.20.2. Homicídio privilegiado – relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP).....	592
11.20.3. Homicídio privilegiado – violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP)	593
11.20.4. Homicídio qualificado – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP)	593
11.20.5. Homicídio qualificado – motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP)	593
11.20.6. Homicídio qualificado – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP).....	593
11.20.7. Homicídio qualificado – outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP).....	594
11.20.8. Homicídio qualificado – meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, § 2º, III, do CP)	594

11.20.9.	Homicídio qualificado – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP).....	594
11.20.10.	Homicídio qualificado – outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP).....	595
11.20.11.	Homicídio qualificado – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP)	595
11.20.12.	Homicídio qualificado – Femicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP).....	595
11.20.13.	Homicídio qualificado – Femicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP)	596
11.20.14.	Homicídio qualificado – contra autoridade ou agente de segurança pública (agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição – art. 121, § 2º, VII, do CP).....	596
11.20.15.	Homicídio qualificado – pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121, § 2º, VIII, do CP)	597
11.20.16.	Homicídio qualificado – homicídio cometido contra menor de 14 (quatorze) anos (art. 121, § 2º, IX, do CP).....	597
11.20.17.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade (art. 121, § 2º-B, I, do CP).....	597
11.20.18.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e o crime foi cometido pelo ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela (art. 121, § 2º-B, II, do CP).....	598
11.20.19.	Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP)	598
11.20.20.	Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP)	598
11.20.21.	Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP)	598
11.20.22.	Causas de aumento – Crime de femicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	599
11.20.23.	Causas de aumento – Crime de femicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	599

11.20.24.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP)	600
11.20.25.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP)	601
11.20.26.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP).....	601
11.20.27.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	602
11.20.28.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	603
11.20.29.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	603
11.20.30.	Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP)	604
11.20.31.	Desclassificação para homicídio culposo (art. 121, § 3º, do CP)....	605
11.20.32.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	605
11.20.33.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP)	606
11.20.34.	Excesso culposo nas excludentes	606
11.20.35.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP)	607
11.20.36.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida.....	607
11.20.37.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio	608
11.20.38.	Homicídio Consumado – Acusação de ser partícipe	609
11.20.39.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)	609
11.20.40.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP)	609
11.20.41.	Embriaguez como causa de diminuição de pena (art. 28, § 2º, do CP)	610

11.20.42.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP)	610
11.20.43.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP)	610
11.20.44.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP)	611
11.20.45.	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – consumado (art. 122 do CP)	611
11.20.46.	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122 do CP)	611
11.20.47.	Causa de aumento – Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	612
11.20.48.	Causa de aumento – Motivo torpe ou fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	612
11.20.49.	Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP)	612
11.20.50.	Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP)	613
11.20.51.	Causa de Aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP)	613
11.20.52.	Causa de Aumento – Acusado é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP)	613
11.20.53.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia	613
11.20.54.	Infanticídio (art. 123 do CP) como tese defensiva e acusada pronunciada por homicídio	614
11.20.55.	Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP)	615
11.20.56.	Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP)	615
11.20.57.	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	615
11.20.58.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	616
11.20.59.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP)	616
11.20.60.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	617

11.20.61. Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	617
11.20.62. Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	617
11.20.63. Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	618
11.20.64. Lesão corporal (art. 129, caput, do CP)	618
11.20.65. Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP).....	618
11.20.66. Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP)	619
11.20.67. Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP)	619
11.20.68. Rixa (art. 137 do CP).....	619
11.20.69. Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP)	620
11.20.70. Furto (art. 155 do CP)	620
11.20.71. Roubo (art. 157 do CP).....	620
11.20.72. Extorsão (art. 158 do CP).....	621
11.20.73. Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP)	621
11.20.74. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP) ...	621
11.20.75. Estupro (art. 213 do CP)	622
11.20.76. Estupro de vulnerável – contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP)	622
11.20.77. Estupro de vulnerável – contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP)	622
11.20.78. Estupro de Vulnerável – contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	623
11.20.79. Associação criminosa (art. 288 do CP)	623
11.20.80. Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP)	623
11.20.81. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	624
11.20.82. Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).....	624
11.20.83. Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (§ 2º do art. 16 da Lei 10.826/2003).....	625
11.20.84. Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003)	625
11.20.85. Fraude processual (art. 347 do CP)	626
11.20.86. Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP) ...	626
11.20.87. Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	626
11.20.88. Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990)	627

12. FASE FINAL – SENTENÇA, ATA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE	629
12.1. Sentença	629
12.1.1. Sentença condenatória	631
12.1.2. Execução imediata da pena.....	632
12.1.3. Fixação da reparação mínima do dano.....	635
12.1.4. Efeitos civis da sentença no Tribunal do Júri	636
12.1.5. Sentença absolutória	636
12.1.6. Desclassificação.....	637
12.2. Ata da sessão de julgamento	638
12.3. Atribuições do juiz presidente	639
12.3.1. Regular a polícia das sessões, prender os desobedientes e requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade	640
12.3.2. Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes.....	642
12.3.3. Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença	643
12.3.4. Realização de diligências e gestão do tempo	644
12.3.5. Refeição, repouso e transporte dos jurados.....	645
12.3.6. Interromper a sessão por tempo razoável	646
12.3.7. Regulamentar a intervenção das partes e os apartes.....	646
12.3.8. Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor	646
13. RECURSOS	651
13.1. Considerações iniciais	651
13.2. Conceito de recurso.....	651
13.3. O duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência.....	652
13.4. Recurso em sentido estrito.....	653
13.4.1. A decisão que rejeita a denúncia ou a queixa (CPP, art. 581, I)	654
13.4.2. Decisão que concluir pela incompetência (CPP, art. 581, II).....	654
13.4.3. Decisão que pronunciar o acusado (CPP, art. 581, IV)	655
13.4.4. Incluir ou excluir jurado na lista geral (CPP, art. 581, XIV)	656
13.5. Apelação.....	657
13.5.1. Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia	658
13.5.2. Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	659

13.5.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança	659
13.5.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos....	659
13.5.4.1.	Impossibilidade de utilização de apelação contra absolvição fundada no quesito genérico.....	664
14.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CPP ATUAL, PLS 156/2009 E PL 8045/2010	667
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	721
	ÍNDICE REMISSIVO	739